



**OCCITEJANO. SOBRE A ORIGEM OCCITANA
DO SUBDIALECTO DO ALTO TEJO PORTUGUÊS**

**Occitejano. About the occitan origin of the portuguese
subdialect of upper Tagus**

Paulo Feytor Pinto



Vila Velha de Ródão, 2012

**OCCITEJANO.
SOBRE A ORIGEM OCCITANA DO
SUBDIALECTO DO ALTO TEJO PORTUGUÊS¹**

**Occitejano.
About the occitan origin of the portuguese
subdialect of upper Tagus**

Paulo Feytor Pinto²

Palavras-chave

Dialetologia, língua portuguesa, língua occitana, século XIII, toponímia, Portugal, Beira Baixa, Alto Alentejo, Açafa, cruzadas, França, cátaros, Toulouse, Provença, Borgonha.

Key words

Dialectology, Portuguese language, Occitan language, 13th century, toponymy, Portugal, Beira Baixa, Alto Alentejo, Açafa, crusades, France, cathars, Toulouse, Provence, Burgundy.

¹ Versão atualizada do artigo “Occitejano. Hipótese de origem provençal do subdialecto da Beira Baixa e Alto Alentejo”, publicado no Outono de 2011, na revista *Palavras*, da Associação de Professores de Português.

² Escola Secundária de Miraflores, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal e Instituto de Linguística Teórica e Computacional (Lisboa).

Mots-clés

Dialectologie, langue portugaise, langue occitane, XIII^{ème} siècle, toponymie, Portugal, Beira-Baixa, Haut Alentejo, Açafa, croisades, France, cathares, Toulouse, Provence, Bourgogne.

Resumo

Este texto constitui uma proposta de história social da origem do subdialecto português da Beira Baixa e Alto Alentejo que procura compreender especificidades suas – timbre de vogais, toponímia e regionalismos – através da análise de factos políticos, religiosos, militares, genealógicos e demográficos, mas também linguísticos, que se observaram no Alto Tejo português e em regiões do sul de França, principalmente nos séculos XII e XIII.

Nesta proposta identifica-se com alguma segurança a origem dos (re)povoadores da região subdialectal, a língua por eles falada, as causas da sua partida, o percurso eventualmente percorrido entre os dois territórios e os vestígios dessa sua origem na toponímia e em regionalismos contemporâneos, do Alto Tejo. É com base nestes factos que parece ser aceitável relacionar o timbre próprio de vogais do subdialecto com os povoadores occitanos do início do século XIII.

Abstract

This text is a proposal for a social history of the origin of the Portuguese subdialect spoken in Beira Baixa and Alto Alentejo (Upper Tagus). It tries to understand its characteristics - timbre of vowels, toponymy and regionalisms - through the analysis of political, religious, military, demographic and genealogical facts, but also linguistic ones, which occurred in the Portuguese Upper Tagus and in southern regions of France, mainly in the twelfth and thirteenth centuries.

This study identifies with some certainty the origin of the (re)settlers in the subdialectal region, the language they spoke, the causes of their migration, the route they may have traveled between the two territories and traces of their language of origin in current toponymy and regionalisms. Based on these facts it seems acceptable to relate the timbre of vowels of the subdialect with the Occitan settlers of the early thirteenth century.

Résumé

Il s'agit ici de fonder une proposition d'histoire sociale, d'après laquelle des faits d'ordre politique, religieux, militaire, généalogique et démographique auraient déclenché dans une petite région du Portugal plusieurs phénomènes linguistiques y circonscrits, dont notamment un système phonétique unique pour ce qui est des voyelles, l'existence d'une toponymie très particulière, ainsi que plusieurs termes lexicaux bien spécifiques. Du coup, on réussirait à établir des liens très étroits entre des faits ayant eu lieu au XIII^e siècle dans des régions méridionales de l'actuel hexagone français et dans la région du Haut-Tage portugais.

Au sujet des colons du Haut-Tage portugais du XIII^e siècle, on réussit à établir avec bien des probabilités les traits principaux concernant leur identité, leur région de provenance, le chemin qu'ils auraient parcouru, ainsi que l'époque où tout cela aurait eu lieu. Ce qui aurait déclenché la fuite de ces gens-là — la persécution dont ils se seraient sentis la cible — ne serait pas non plus trop difficile à exploiter. Ce texte présente l'explicitation de l'ensemble de ces données, ce qui serait somme toute à l'origine de tant d'analogies existant entre le sous-dialecte portugais du Haut-Tage (*l'occitagean*) et l'occitan.

“Nos fins do século XII chegaram mais francos a Portugal, auxiliando D. Sancho I na política de fomento. (...) É indiscutível que no início do século XIII se deu a chegada de uma nova vaga de colonos que contribuíram para o povoamento do Alto Alentejo. (...) O nome de várias povoações, como Montalvão, Nisa, Tolosa e Arês, supõe a existência de topónimos do sul da França que se prendem ao seu inicial povoamento.” (Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, 1977)

“temos uma extensa área da Beira-Baixa e do Alto-Alentejo (...) em que se regista uma profunda alteração do timbre das vogais. Os traços mais salientes são: a) a articulação do *u* tónico como [ü] (próximo do *u* francês), por exemplo *tü*, *müla*, por *tu*, *mula*; b) a representação do antigo ditongo *ou* por [ö] (também semelhante ao som correspondente do francês), por exemplo, *pöca* por pouca; c) queda da vogal átona final grafada *-o* ou sua redução ao som [ə], por exemplo *cop(ə)*, *cop(ə)s*, por copo, copos; *tüd(ə)* por tudo.” (Celso Cunha & Lindley Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 1984)

Introdução

Neste texto identificam-se factos que permitem estabelecer uma relação entre o povoamento franco do Alto Tejo, no século XIII, amplamente registado na historiografia portuguesa, e os traços distintivos da actual região subdialectal da Beira Baixa e Alto Alentejo.

Trata-se de uma proposta de história social da origem do subdialecto que procurará compreender factos linguísticos – timbre de vogais, toponímia e regionalismos – através da análise de factos políticos, religiosos, militares, genealógicos e demográficos, mas também linguísticos, que se observaram nos territórios em questão: o Alto Tejo português (concelhos de Idanha-a-Nova, Castelo Branco, Proença-a-Nova, Mação, Vila Velha de Ródão, Nisa, Castelo de Vide e Marvão) e regiões do sudeste de França (Pirenéus, Languedoque, Provença, Ródano-Alpes, Borgonha e Franco-Condado), principalmente nos séculos XII e XIII.

A caracterização do povoamento da sub-região dialectal, da situação religiosa, política e militar no local de origem dos povoadores e do eventual itinerário por eles percorrido entre os dois territórios assentou em pesquisa bibliográfica em trabalhos gerais sobre a história de Portugal, de Leão e Castela, de Barcelona e Aragão, e de França. A identificação da língua, da

sua estrutura e funcionamento, também resultou de pesquisa em bibliografia da especialidade. Já para a identificação dos topónimos com eventual origem occitana foi feita uma pesquisa nos dados disponíveis em linha, do Instituto Geográfico do Exército e em dois estudos sobre a toponímia do concelho de Vila Velha de Ródão. Os itens pré-seleccionados, por não serem palavras dicionarizadas do português nem topónimos registados noutras regiões do país, foram depois confrontados com vocabulário do occitano contemporâneo³. Uma recolha, editada em 1948, de regionalismos da região de Nisa também foi comparada com léxico occitano actual.

Este breve estudo teve em conta a história e a língua do Alto Tejo e do sul de França, ficando por investigar aspectos que poderiam certamente clarificar a relação entre os dois territórios nomeadamente os oragos, a heráldica autárquica e os antropónimos (apelidos). Apesar disso, foi possível identificar com alguma segurança quem eram, de onde eram, porque vieram, quando vieram e por onde vieram os primeiros (re)povoadores do Alto Tejo. É com base nestes factos, e em factores linguísticos, que parece ser aceitável relacionar o actual subdialecto com os povoadores occitanos do início do século XIII.

³ Em nota de rodapé, será apresentada a etimologia do topónimo determinada por Machado (1993), sempre que o topónimo é registado na obra.

Antecedentes francos em Portugal (1033-1199)

Dos quatro avós de D. Sancho I, o Povoador, segundo rei de Portugal, entre 1185 e 1211, três eram nascidos em territórios actualmente franceses (figura 3). Apenas a sua avó paterna, D. Teresa de Leão (1080-1130), condessa portugalense, era de naturalidade e ascendência ibérica. O seu marido, conde D. Henrique (1066-1112), era filho do duque da Borgonha, genealógica e politicamente ligado ao rei de França, e neto do conde de Barcelona cujos herdeiros viriam a ser reis de Aragão a partir de 1162.

O avô materno de D. Sancho I foi Amadeu III, conde da Sabóia (1092-1148), e a avó materna foi Mafalda de Albon (1105-1145), da casa condal do Delfinado. A Sabóia e o Delfinado, integrados no reino da Borgonha-e-Provença, também conhecido como reino de Arles, estavam sob protecção do germânico Sacro Império Romano. A mãe do avô materno de D. Sancho I era da casa dos condes da Borgonha e irmã de Raimundo da Borgonha, conde da Galiza, a partir de 1096, e pai do herdeiro da coroa de Leão e Castela. O sogro de Raimundo, Afonso VI de Leão e Castela, era também sogro do conde D. Henrique, avô paterno de D. Sancho I. Além de sogro de D. Henrique, Afonso VI era também casado com a sua tia Constança da Borgonha, rainha de Leão e Castela. Em síntese, dos três avós francos do rei povoador, um nasceu no ducado da Borgonha, território francês, e dois no

reino da Borgonha-e-Provença, dependente do Sacro Império.

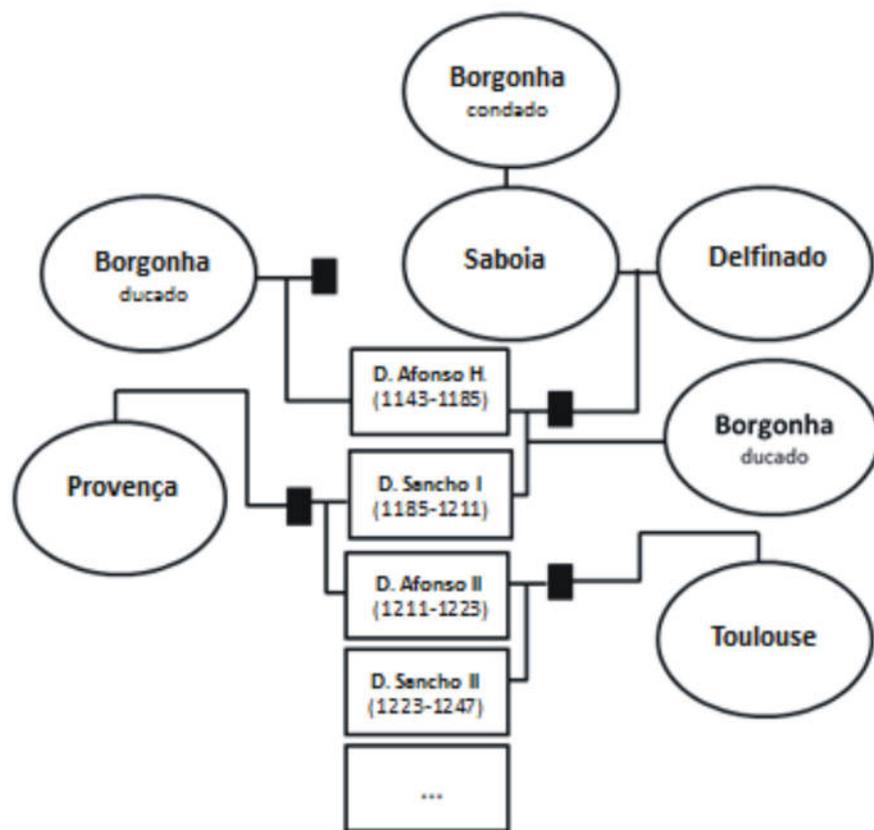


Figura 1. Dinastia de Borgonha (Portugal 1143 - 1383)

Esta intrincada genealogia de D. Sancho I deixa transparecer o conhecido envolvimento borgonhês na cruzada ibérica. Além de Constança, do seu genro Raimundo e do seu sobrinho D. Henrique, no século XI, também os bispos do Porto e de Braga, na primeira metade do século XII, eram francos. Na segunda metade do mesmo século, foram sucessivamente doadas terras a cruzados francos nas regiões de Óbidos, Peniche, Lourinhã, Alenquer, Azambuja, Benavente, Sesimbra e Silves.

Dois factos estão na origem deste envolvimento. Por um lado, a *Bula da Cruzada* (1063), com que o papa concedia uma indulgência geral aos cavaleiros francos que partissem para a cruzada ibérica, tornando-a atrativa para jovens nobres que não herdavam títulos nem património e que não estavam dispostos a ingressar num convento nem a prestar vassalagem a outros senhores feudais. Além disso, havia a perspectiva de casar com herdeiras dos territórios da (re)conquista. O avô paterno de D. Sancho I, conde D. Henrique, e o seu tio-bisavô Raimundo são dois em muitos exemplos desta realidade.

Por outro lado, o envolvimento borgonhês deveu-se à actividade religiosa e militar da abadia de Cluny, criada no ducado da Borgonha, no início do século X, instalada na península a partir de 1033 e também envolvida na Primeira Cruzada, que conquistou Jerusalém (1099). Nesta altura, a abadia

era dirigida por Hugo de Cluny, mais tarde canonizado, tio de Constança e tio-avô do conde D. Henrique. A abadia de Cluny reorganizou e centralizou a fragmentada estrutura da Igreja romana medieval, actividade que incluiu o estabelecimento dos itinerários da importante e popular peregrinação a Santiago de Compostela. Entretanto, também no ducado da Borgonha, fora fundada a abadia de Cîteaux / Cister (1098). A sua influência em Portugal, onde se estabeleceu em 1144, passando depois a nomear os bispos, culminaria com a criação da abadia cisterciense de Alcobaça (1153), durante séculos, centro artístico, cultural e intelectual do país.

Povoamento do Alto Tejo (1199-1296)

Em 1199, a herdade da Açafa foi doada por D. Sancho I aos Templários, ordem religiosa e militar também de origem franca. O seu domínio incluía um vasto território no atual Alto Tejo português, em torno das Portas do Ródão⁴, região escassamente povoada e definitivamente portuguesa apenas desde o início da década.

⁴ O domínio da Açafa incluía, a norte do Tejo, os atuais concelhos de Vila Velha de Ródão, o concelho de Castelo Branco a ocidente do rio Ponsul e, talvez, o concelho de Proença-a-Nova e a parte oriental do concelho de Oleiros; a sul do Tejo, incluía a metade norte dos concelhos de Nisa, Castelo de Vide e Marvão e ainda o território atualmente espanhol entre os rios Sever e Salor.

Açafa é um topónimo com origem na palavra árabe *as-saffa*, com o significado de *linha, fila, sebe, valado*, que é um dos poucos onze topónimos do atual território de Portugal incluídos no mapa-mundo de Al-Idrisi, de 1154 (figura 2). O topónimo aparece registado junto ao Tejo, na zona em que o rio atravessa uma fila de montanhas actualmente conhecida como serra das Talhadas. Junto às Portas do Ródão desagua hoje no Tejo a ribeira do Açafal.



Figura 2. A Açafa na Península Ibérica de Al-Idrisi (1154)

A primeira localidade no território da Açafa a receber foral foi Castelo Branco (1213), a que se seguiram Marvão (1226), Nisa (1232), Proença-a-Nova (1244), Castelo de Vide (1276), Vila Velha de Ródão (1296) e, na segunda metade do século, Montalvão. No mesmo período, foi concedido foral às vizinhas Proença-a-Velha (1218), Tolosa (1262) e, por fim, Arês. Se antes de receber foral, o Ródão era a Açafa, Castelo Branco chamava-se Vila Franca das Cardosas. Pelo contrário, o topónimo Proença-a-Nova só substituiu Cortiçadas em finais do século XVI e Nisa começou por ser Nissa.

Toulouse e Provença (1093-1271)

A hipótese de origem occitana dos (re)povoadores da Açafa assenta em vários factores. Desde logo, as relações político-dinásticas entre Portugal e o sul de França. Além dos antepassados de D. Sancho I, também a sua mulher a partir de 1175, D. Dulce, era infanta de Aragão e tia de Afonso II, conde da Provença entre 1198 e 1209. O herdeiro da coroa portuguesa, D. Afonso II a partir de 1211, casou em 1208 com D. Urraca, infanta de Castela, cunhada de Raimundo VI, conde de Toulouse e marquês da Provença, entre 1194 e 1222, e que era sobrinho bisneto da condessa portugalense, D. Teresa de Leão.

O condado de Toulouse, com origem no antigo reino da Aquitânia, no século VIII, sendo vassalo do rei de França, era então uma entidade completamente autónoma. Já a Provença, sob protecção do Sacro Império Romano, era essencialmente constituída pelo marquesado da Provença, da casa de Toulouse desde 1093, e pelo condado da Provença, da casa de Barcelona, posteriormente Aragão, desde 1112.



Figura 3. Sul de França em 1209

A estas relações político-dinásticas, aliam-se outros factores políticos, religiosos, demográficos e culturais verificados no sul de França. Com efeito, cerca de 1120 registam-se em Toulouse os primeiros sinais da dissidência herética dualista vulgarmente conhecida como catarismo e em expansão noutras regiões da Europa. No sul de França, os cátaros eram conhecidos como albigenses, devido ao facto de a cidade de Albi ter sido um importante centro de expansão do movimento. Durante o século XII, a região conheceu um enorme desenvolvimento económico – ao integrar-se nas redes comerciais que ligavam o Médio Oriente ao norte da Europa –, cultural – a poesia trovadoresca e a arquitectura românica – e demográfico – o sobrepopoamento das zonas rurais, causa da escassez de alimentos, levou muitos a partirem para a península ibérica em busca de sustento.

Dadas as proporções que estava a tomar, ameaçando o poder papal, o catarismo foi condenado pelo Terceiro Concílio de Latrão (1179), foi desenvolvida a Inquisição, criada em 1184, foi fundada a Ordem dos Dominicanos (1205) que se expandiu a partir de Toulouse, e foi lançada a Cruzada Albigense (1209-1229), a única em território cristão e que teve como um dos seus líderes iniciais mais notáveis, o duque da Borgonha, cunhado de D. Sancho I, que viria a recusar o domínio da região devastada, abandonando a cruzada. Logo em 1209, Albi e a vizinha Castres foram

ocupadas pelas forças francesas. Em Castres, terra natal do mais influente prelado cátaro, Guilhabert de Castres, realizou-se o primeiro auto-de-fé de albigenses. Quatro anos depois, altura em que tanto o rei de Portugal, D. Afonso II, como o seu cunhado conde de Toulouse, Raimundo VI, tinham sido excomungados, foi concedido foral, no Alto Tejo, a uma localidade – Castelo Branco⁵ – cujos habitantes passaram a ser albicastrenses, de *albi* (branco) e *castrense* (*castrum* / castelo), como é comumente aceite, ou albicastrenses, seriam antes os de Albi e Castres? Certo é que a sua terra foi, desde aí, a mais importante da região, mas nunca sede episcopal.

Nos anos seguintes, o condado de Toulouse foi palco de batalhas e perseguições que afetaram toda a população, em especial, o cerco de Béziers (1209) e a batalha de Muret (1213) em que morreu Pedro II, rei de Aragão, sobrinho da viúva de D. Sancho I. Até 1218, o condado foi dominado pelo cruzado francês Simão de Monforte e em 1229 o conde de Toulouse, Raimundo VII, primo direito de D. Sancho II, perde o marquesado da Provença. Em 1232, os Dominicanos passaram a ser responsáveis pela In-

⁵ Machado (1993) corrobora a etimologia consagrada (*albi* / *branco* + *castrense* / *castelo*), mas diz desconhecer a causa do novo topónimo de Vila Franca das Cardosas, formado a partir das palavras portuguesas *castelo* + *branco*. Note-se a não (co-)existência do nome / adjetivo **castelo-branquense* à imagem de *castelo-vidense*, *castelo-novense* e *castelo-paivense*, respetivamente de Castelo de Vide, de Castelo Novo, ambos no Alto Tejo, e de Castelo de Paiva.

quisição. A partir da queda de Toulouse, em 1213, o descontentamento com a repressão francesa e as perseguições levaram à fuga de muitos cátaros e à dispersão de jograis e trovadores e conseqüente difusão da lírica provençal por toda a Europa. Chegados a Portugal ainda antes de 1211, tiveram uma influência determinante nas cantigas de amor galego-portuguesas. Por fim, na sequência da Cruzada Albigense, Toulouse viria a integrar definitivamente os domínios do rei de França, em 1271.

Entretanto, desde 1108, Nice, no extremo oriental da Provença, era uma república independente, à semelhança de Génova e Pisa. O seu domínio ao longo do século XII foi disputado entre os partidários da integração no condado da Provença e os partidários da república. Finalmente, em 1229, o conde Raimundo Berengário IV da Provença, primo de D. Sancho II, conquista Nice e expulsa os republicanos derrotados. Em 1246, a Provença passa a integrar definitivamente o reino de França. Três anos após a partida dos exilados de Nice foi concedido foral a Nisa⁶, no Alto Tejo português.

⁶ Segundo Machado (1993), Nisa é o feminino latino de *Nisos*, personagem mitológica grega.

De Arles até Arês

A deslocação dos colonos oriundos do condado de Toulouse e da(s) Provença(s), a cerca de 1.200 km do Alto Tejo, pode ter sido facilitada pela existência de itinerários medievais amplamente conhecidos na época. Primeiro, um caminho de peregrinação a Santiago de Compostela, a Via Tolosana, que começava em Arles, onde confluíam dois caminhos secundários. Um vindo do norte, atravessando o marquesado da Provença e descendo ao longo do Ródano até Arles onde o rio era transposto. O outro vindo do leste, atravessando todo o condado da Provença, a partir de Nice. A Via Tolosana passava por Castres e Toulouse e entrava na península pela portela de Somport (1.632 m), nos Pirenéus. Daí seguia para Puente de la Reina (Pamplona) onde se juntava aos outros três itinerários francos. Em Logroño, o Caminho Francês para Santiago atravessava o Ebro, seguindo para Ocidente.

Algumas dezenas de quilómetros a sul de Logroño, iniciava-se o Caminho Real Soriano Ocidental, uma das nove vias pecuárias de transumância norte-sul – com o avanço das fronteiras cristãs para sul, retomavam-se então itinerários com provável origem pré-romana – e a única que atravessava a península na diagonal, entre as actuais províncias de Logroño e de Badajoz. Este caminho partia da Terra de Cameros, atravessava a cordilheira ibérica



Figura 4. Itinerários ibéricos (século XIII)

pela portela de Santa Inês (1.750 m), próximo da nascente do Douro que transpunha em San Esteban de Gormaz. A partir daí, seguia ao longo cordilheira central que atravessava na portela de Béjar (932 m), depois de Segóvia e Ávila. Descia, então para Plasencia e Cáceres, terminando em Olivença. Em Cáceres, o Caminho Real cruzava a rota da via romana que ligava Mérida a Braga, passando por Alcântara e entrando em território

português pela ponte de Segura, seguindo para Idanha-a-Velha, Medelim e Belmonte, num traçado paralelo ao limite norte da herdade da Açafa. No entanto, a instabilidade que ainda se vivia em Alcântara e Cáceres, definitivamente leonesas apenas nos anos 1220, poderá ter levado muitos povoadores a abandonar o Caminho Real próximo de Plasencia, seguindo para o Alto Tejo português por Cória, a escassos e pouco acidentados 30 km da fronteira. Por este itinerário, seriam necessários cerca de dois meses de caminhada para ir de Arles até Arês⁷.

Toponímia do Alto Tejo

A língua falada e escrita dos francos que foram os primeiros (re)povoadores do Alto Tejo não era nenhuma variedade do francês – língua *d'oïl* –, mas variedades do occitano ou provençal – língua *d'òc* – mais próximas das variedades neo-latinas ibéricas, em particular do catalão, que das variedades neo-latinas gaulesas faladas a norte do rio Loire e que estão na origem do francês contemporâneo (figura 5). Em occitano, Toulouse é *Tolosa*⁸, Montauban é *Montalban*⁹, Nice é *Nissa* ou *Niça* e Provence é *Provença*,

⁷ Segundo Machado (1993), Arês / Arez tem origem no topónimo latino *Arício* provavelmente derivado do pré-celta *ar*, equivalente a rio.

⁸ Machado (1993) corrobora a etimologia provençal de Tolosa.

⁹ Segundo Machado (1993), Montalvão resulta da aglutinação das palavras portuguesas *monte+alvão* (branco)

OCCITEJANO. SOBRE A ORIGEM OCCITANA DO SUBDIALECTO DO ALTO TEJO PORTUGUÊS

Paulo Feytor Pinto

como actualmente em português. Na Idade Média, porém, eram também utilizadas em português as formas Prouença e Proença¹⁰.

Diante do muito provável afluxo de um número significativo de colonos oriundos de Montauban, Nice, Toulouse, Arles – Arle em occitano, Arel em latim –, Albi, Castres e da Provença em geral, não só no final do reinado de D. Sancho I, mas provavelmente durante toda a primeira metade do século XIII, é possível conjecturar acerca da origem do topónimo Ródão inexistente até então. Com efeito, os territórios dos condes da Provença e de Toulouse, ambos parentes próximos dos reis de Portugal, eram, respetivamente delimitados e atravessados pelo rio Ródano. Então, tal como *mano* deu origem a *mão*, de acordo com a tendência da língua portuguesa para a queda, e conseqüente nasalização, do n intervocálico, terá Ródano dado origem a Ródão¹¹? De notar, porém, que Ródano é o equivalente português do francês Rhône, que em occitano é Ròse. Terá, então, a adoção da palavra portuguesa sido uma estratégia de dissimulação, tão própria dos fugitivos e exilados, idêntica à eventualmente utilizada no caso de Castelo Branco? Deixar uma marca clara mas não evidente, através de cripto-topónimos!

¹⁰ Machado (1993) corrobora a equivalência entre Provença e Proença.

¹¹ Machado (1993) propõe a origem comum de Ródão e Ródano / Rhône na designação celta *rho+dan* equivalente a “rio rápido / caudaloso”. Outros exemplos de queda do n intervocálico: hermano > irmão; corona > coroa; luna > lua; general > geral; tener > ter. A anterior presença do n intervocálico parece ser revelada pelo atual adjetivo rodanense.



Figura 5. Língua d'Òc

OCCITEJANO. SOBRE A ORIGEM OCCITANA DO SUBDIALECTO DO ALTO TEJO PORTUGUÊS

Paulo Feytor Pinto



Figura 6. Topónimos occitejanos (Alto Tejo):localização

Na região do Alto Tejo há atualmente, pelo menos, outros trinta e sete topónimos que parecem igualmente poder resultar do povoamento occitano do século XIII.

A maior parte dos topónimos cuja origem occitana se propõe teriam assim origem em elementos da natureza: a geografia – vento (Mistro), elevação (Coputo), buraco (Bondaneira), molhado (Chopenágua), charco (Gorga), jorro (Ronções) –, a fauna – pintarroxo (Lucriz), estorninho (Chaconha), piolho (Pezoís) – e a flora – mato (Broceira¹²), vime (Bergantosa, Vergantosa), vara (Lateira), ouriço de castanheiro (Pelone), cogumelos (Ceperedo), azevém (Margalhá¹³), trepadeira (Vedulho) –.

Particularmente interessante parece ser o caso dos topónimos Mingarou e Mingrocha, com evidente origem comum, ambos designação de regiões, mas distantes cerca de 40 km. Em occitano, o radical *mingr-* está na origem das palavras *mingra* (desgosto, mágoa), *mingrar* (magoar), *mingre* (triste) e *mingrós* (desgostoso). Além da afinidade entre as palavras portuguesas e as palavras occitanas é surpreendente o significado das últimas, por tão perfeitamente se adequar à situação provavelmente vivida pelos primeiros (re)povoadores do Alto Tejo, fugidos da instabilidade prolongada no sul de

¹² Machado (1993) regista o topónimo Broça, com etimologia obscura.

¹³ Machado (1993) regista o topónimo Margalha, feminino do apelido Margalho.

OCCITEJANO. SOBRE A ORIGEM OCCITANA DO SUBDIALECTO DO ALTO TEJO PORTUGUÊS

Paulo Feytor Pinto

França. Seriam Mingarou e Mingocho duas regiões distintas, como actualmente, ou todo o Alto Tejo seria a terra do desgosto? É de realçar outros quatro topónimos, todos denominações de regiões, cujos eventuais étimos occitanos pertencem ao mesmo campo semântico: odiar (Aziral), infortúnio (Fainina), sova (Rosteira), farrapo (Fatacal¹⁴) e estrago (Talagueira).

Segue-se um conjunto de topónimos cujo étimo occitano proposto é um nome ou adjetivo masculino que pode referir-se a pessoas: forte (Balés), campónio (Petericos), raivoso (Rabique), João e homem (Janome), corpo (Cós¹⁵) e falador (Tarabau). Neste último caso, constata-se, mesmo assim, uma diferença assinalável entre o topónimo e o étimo proposto. O conjunto seguinte é constituído por designações cuja etimologia proposta designa atividades profissionais: despenseiro (Botilheiro¹⁶), aprendiz (Gáfete e Cafede¹⁷) e escavação (Forgal). Por fim, registre-se a repetição do topónimo Tolosa, agora para designar um barranco, e o provável étimo *galet* (gargalo, pescoço) para designar um vale (Galedete).

14 Machado (1993) regista o topónimo Fataca, de *fataca*, instrumento usado no fabrico do queijo.

15 Houaiss (2002) atribui origem provençal, no século XII, ao nome comum português *cós*, definido como determinada faixa componente de peça de vestuário.

16 Machado (1993) regista o apelido Botilher, com origem no espanhol *botiller*, vendedor de bebidas.

17 Para Gáfete, Machado (1993) sugere, sem certezas, o étimo espanhol *gafeti*, uma planta, ou o mesmo que Cafede, de origem desconhecida.

Tabela 1. Topónimos occitejanos (Alto Tejo): etimologia¹⁸

Topónimo	Occitano	Significado	Descrição	Concelho
Aziral	asirar	odiar	região	Mação
Balé	balès	forte	região	Idanha-a-Nova
Bergantosa	vergant	vime, vara	-	V.V. Ródão
Bondaneira	bonda	buraco	-	V.V. Ródão
Botilheiro	botelhièr	despenseiro	lugar	Castelo Branco
Broceira	brossa	mato	lugar	Nisa
Cafede	gafet	aprendiz	povoação	Castelo Branco
Cécia	cessa	paragem	-	V.V. Ródão
Ceperedo	cepièra	terreno de cogumelos	região	Castelo Branco
Chaconha	chaca	estorninho	-	V.V. Ródão
Chopenágua	chòp	molhado	região	Castelo Branco
Coputo	copet	elevação	casas	Castelo Branco
Cós	còs	corpo	-	V.V. Ródão
Fainina	faïna	infortúnio	região	Idanha-a-Nova
Fatacal	fata	farrapo	região	Idanha-a-Nova
Forgal	furga	escavação	-	V.V. Ródão
Gáfete	gafet	aprendiz	povoação	Nisa
Galedete	galet	gargalo, pescoço	vale	Castelo Branco

18 Caninas & Henriques (1992), Henriques & Caninas (1982), IGeoE (2010-2011).

Tabela 1. Topónimos occitejanos (Alto Tejo): etimologia¹⁹ (continuação)

Topónimo	Occitano	Significado	Descrição	Concelho
Gorga	gorga	goteira	região	Proença-a-Nova
Janome	Jan + òme	João + homem	-	V.V. Ródão
Lateira	lata	vara	-	V.V. Ródão
Lucriz	lucre	pintarroxo	ribeira	V.V. Ródão
Margalhá	margalh	azevém	lugar	Castelo Branco
Mingarou	mingra	mágoa	região	V.V. Ródão
Mingrocha	mingra	mágoa	região	Castelo Branco
Mistro	mistral	vento	monte	Idanha-a-Nova
Pelone	pelon	ouriço de castanheiro	-	V.V. Ródão
Petericos	pèterrós	campónio	região	Idanha-a-Nova
Pezois	pesolh	piolho	lugar	Castelo Branco
Rabique	rabic	raivoso	povoação	Mação
Ronções	ronç	jorro	barranco	Castelo Branco
Rosteira	rosta	sova, tareia	-	V.V. Ródão
Talagueira	tala	estrago	região	Castelo Branco
Tarabau	tarabastèla	matraca, falador	casas	Nisa
Tolosa	Tolosa	Toulouse	barranco	Castelo Branco
Vedulho	vedilha	trepadeira	lugar	Castelo Branco
Vergantosa	vergant	vime, vara	-	V.V. Ródão

19 Caninas & Henriques (1992), Henriques & Caninas (1982), IGeoE (2010-2011).

Regionalismos nisorros

Aparentemente, a língua occitana também deixou marcas no vocabulário próprio da região de Nisa, os regionalismos nisorros. Na monografia dos 1940 sobre a matéria é possível identificar a origem occitana de 14 palavras, cerca de 1% de todo o vocabulário registado nesse estudo (Tabela 2). Nenhuma destas palavras é dicionarizada como léxico geral da língua portuguesa.

Sendo o occitano uma língua muito próxima do português é compreensível que não se consiga detectar grande quantidade de vocabulário português de origem occitana. Há um conjunto de propostas em que o regionalismo se afasta mais da forma etimológica original – *cachamela* –, mais do significado original – *garrudo* – ou até de ambos – *bandareco* e *escagateado* –. Nos restantes casos, porém, poder-se-á reconhecer com mais certezas essa origem.

Relativamente a *galhete* e *talaborda*, exactamente com o mesmo significado dos seus étimos, lembrem-se os topónimos Galedete e Tarabau. Já o adjetivo occitano *afalhocat* parece estar claramente relacionado com os adjetivos nisorros *afalcoado*²⁰ e *esfalcoado*.

20 Houaiss (2002) regista o regionalismo alentejano *afalcoado*, com o mesmo significado, com origem portuguesa no participio passado de *a+falcão+ar*.

Tabela 2. Regionalismos nisorros

Carreiro, 1948	Significado	Laux, 2001	Significado
afalcoado	fraco, cansado	afalhocat	fraco, abatido
bandareco	homem irrequieto	bandar	embriagar-se
brinhol	bolo de azeite espiral frito	Brinholo	Brignoles (top)
cachamela	chicote	cachar	ferir, magoar
desgate	maldade	desgatinhar	implicar, discutir, aborrecer
escagateado	excessivamente ornado	escag	quantidade, número
esfalcoado	esfomeado	afalhocat	fraco, abatido
falega	preguiça	falet	preguiçoso
galhete	pescoço	galet	gargalo, pescoço
garrudo	cabeludo	garrut	vigoroso, robusto
landeio	vadiagem	landar	vadiar
marfado	estragado, velho, podre	marfir	murchar
pelariano	vadio	pelha	trapo, farrapo
talaborda	falador, matraca	tarabastèla	matraca, falador

A proximidade entre as palavras occitanas e nisorras e o respectivo significado é também evidente em *desgate*, *falega*, *landeio*, *marfado* e *pelariano*. Por fim, a designação do bolo frito de azeite – *brinhol* – poderá ser uma evocação da cidade provençal de Brignoles – Brinholo ou Brinhòla em occitano –, a meio caminho entre Nice e Arles.

Conclusão

A causa da vinda de povoadores para a região do Alto Tejo português foi a necessidade premente de consolidar a soberania sobre territórios recentemente integrados no reino de Portugal. O facto de eles serem do sul de França dever-se-á, por um lado, à estreita relação familiar e política entre a família real portuguesa durante a dinastia borgonhesa e os senhores de Toulouse e da(s) Provença(s). Por outro lado, dever-se-á à turbulência prolongada que se verificava nestes territórios densamente povoados, por causa de disputas entre os senhores feudais, mas essencialmente por causa dos cátaros, ou melhor, por causa das reações contra os cátaros que estiveram na origem do desenvolvimento da Inquisição e da única cruzada em terras cristãs, que levaria à expansão do reino de França para o sudeste occitano-provençal. Por isso, os povoadores poderão ter sido cátaros e republicanos de Nice fugidos da perseguição ou simplesmente população fugida da instabilidade.

A aceitar-se esta hipótese, o povoamento do Alto Tejo terá ocorrido não só no final do reinado de D. Sancho I, mas ao longo de toda a primeira metade do século XIII e não só no Alto Alentejo, mas também na Beira Baixa. A existência da Via Tolosana, do Caminho de Santiago e do Caminho Real Soriano Ocidental sugere um itinerário possível para a caminhada de mais

de mil quilómetros até à entrada em Portugal pela região de Segura.

Se as palavras Nisa ou Tolosa estabelecem uma relação directa e evidente, mas contestada, entre a toponímia do Alto Tejo e a língua occitana, identificam-se mais de quatro dezenas de outros topónimos que, com graus diferentes de probabilidade, reiteram essa relação. A mesma relação pode ser estabelecida com catorze regionalismos próprios de Nisa. É neste contexto que parece aceitável também relacionar o timbre das vogais do subdialecto do Alto Tejo com o occitano. Com efeito, as três características vocálicas que distinguem o subdialecto – ü, ö, ø – também são características do occitano, aliás como do francês, que não se verificam, em simultâneo, em nenhuma outra parte da península ibérica e que são, ao contrário do francês, as únicas diferenças fonológicas entre o occitano e o português, ambas línguas neolatinas do ramo ibérico.

Bibliografia

- AA.VV. (2005). Le siècle des cathares. In *Le Moyen Age des hérétiques. Les collections de l'Histoire* 26. Paris: Société d'éditions scientifiques.
- Almeida, Álvaro Duarte & Belo, Duarte (2008). *Portugal Património. Guia – Inventário*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Basso, José Fraústo (1988). O concelho de Nisa na doação da Açafa (Fins do século XII). In *A Cidade nº1 (Nova Série) – Revista Cultural de Portalegre*. Portalegre: Colibri / Atelier de Artes Plásticas. pp. 37-52.
- Beaumont (2008). *Dictionnaire en ligne Occitan-Français et Français-Occitan*. Freelang.com.
- Caninas, João & Henriques, Francisco (1992). Nova contribuição para a microtoponímia rodanense. In *Preservação 13*. Vila Velha de Ródão: Núcleo Regional de Investigação Arqueológica. pp. 65-89
- Carreiro, Maria Eduarda V. (1948). *Monografia Linguística de Nisa*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Castro, Alexandre de Carvalho (1986). *Nisa e suas Freguesias Rurais. O que se tem escrito respeitante à origem dos seus nomes*. Nisa: Câmara Municipal de Nisa.
- Cebola, Carlos D.T. (2005). *Nisa - A Outra História*. Lisboa: Colibri.
- Celso Cunha & Lindley Cintra (1997). *Nova Gramática do Português Contemporâneo, 13ª edição*. Lisboa: Sá da Costa.
- Daniel-Rops (1961). *A Igreja das Catedrais e das Cruzadas. História da Igreja de Cristo III*. Porto: Tavares Martins.

OCCITEJANO. SOBRE A ORIGEM OCCITANA DO SUBDIALECTO DO ALTO TEJO PORTUGUÊS

Paulo Feytor Pinto

Duroselle, Jean-Baptiste (1990). *História da Europa*. Lisboa: Dom Quixote.

Gordon, Jr., Raymond G. (ed.) (2005). *Ethnologue. Languages of the World*. Dallas: SIL International.

Grenier, Alexandre (coord.) (1995). *J'aime la Provence*. Paris: Ed. Atlas.

Henriques, Francisco & Caninas, João (1982). Toponímia do Concelho de Vila Velha de Ródão. In *Preservação 5*. Vila Velha de Ródão: Núcleo Regional de Investigação Arqueológica. pp. 3-57

Houaiss, Antônio (dir) (2002). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Ladurie, Emmanuel Le Roy (1962). *Histoire du Languedoc*. Paris: Presses Universitaires de France.

Laux, Christian (2001). *Dictionnaire Occitan-Français. Languedocien*. Réal-mont: Section du Tarn de l'Institut d'Etudes Occitanes.

Laux, Christian (2004). *Dictionnaire Français-Occitan. Languedocien central*. Toulouse: Institut d'Estudis Occitans.

Machado, José Pedro (1991). *Vocabulário Português de Origem Árabe*. Lisboa: Ed. Notícias.

Machado, José Pedro (1993). *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

Mattoso, José & Sousa, Armindo de (1992). *História de Portugal, vol. 2. A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Oliveira Marques, A.H. (1995). *Breve História de Portugal*. Lisboa: Presença.

Ramos, Rui (coord.) (2009). *História de Portugal*. Lisboa : A Esfera dos Livros.

Saraiva, António José & Lopes, Óscar (1976). *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto.

Sayyed, Ayman Fouad (1998). *The Role of Arab Geographers in drawing the Map of the World*. Cairo: League of Arab States.

Sellier, Jean (1997). *Atlas historique des provinces et régions de France*. Paris: La découverte.

Valdeavellano, Luís G. (1988). *Historia de España antigua y medieval*. Madrid: Alianza.

Veríssimo Serrão, Joaquim (1995). *História de Portugal. Estado, Pátria e Nação (1080-1415), vol. 1, 5ª ed*. Lisboa: Verbo.

Vidal-Naquet, Pierre & Bertin, Jacques (1990). *Atlas Histórico. Da Pré-História aos nossos dias*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Walker, Joseph M. (1999). *Historia de España*. Madrid: Edimat.

Sitiografia

Instituto Geográfico do Exército. *IGeoE SIG – Sistema de Informação Geográfica Online*. Disponível em www.igeoe.pt (acedido entre Janeiro e Julho de 2010 e em Maio de 2011)